

Economia

FALE COM A EDITORA ISABELA LAMEGO E-MAIL: economia@redtribuna.com.br

PACOTE DE INCENTIVOS

Vinte indústrias e 5 mil empregos

Pacote do governo do Estado vai atrair empresas dos setores de metalmeccânica, automobilístico, de petróleo, entre outros

Dayane Freitas
Joyce Merigueti

O governo do Estado anunciou ontem um pacote de medidas para atrair novos investimentos para o Espírito Santo nos próximos anos. Com isso, o Estado vai ganhar pelo menos 20 novas indústrias, que vão abrir no mínimo 5 mil empregos.

São empresas do setores de petróleo e gás, metalmeccânico, energias renováveis e das indústria naval e automobilística, que já estão em negociação com o Estado.

Para aumentar a competitividade do Espírito Santo no cenário nacional e reduzir os impactos da redução e uniformização da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o governador Renato Casagrande assinou sete novos projetos de lei, que vão para a Assembleia, e cinco decretos.

“Vivemos um momento de crise internacional. Por outro lado, o Estado está com as finanças organizadas. O que estamos fazendo é preparar o futuro. A partir de agora temos de entrar num novo ciclo de desenvolvimento”, disse Casagrande.

Entre as ações que serão adotadas pelo governo está permitir que as empresas destinem uma parcela de 5% do ICMS devido para financiar obras de infraestrutura de interesse do Estado.

Por outro lado, o governo vai poder financiar ou participar como acionista em empreendimentos estratégicos e tecnológicos da iniciativa privada, por meio do Fundo de Investimento e Participações do Espírito Santo (Fundepar), que será operado pelo Bandes, com aporte de R\$ 200 milhões.

Também serão implementados polos tecnológicos para abrigar empresas que desenvolvam pesquisas e tecnologia. O projeto-piloto será em Vila Velha. Além disso, foi criado o Fundo para Desenvolvimento de Atividades Produtivas Inovadoras, que terá inicialmente de R\$ 20 milhões em recursos.

Casagrande garantiu que não vai ficar na dependência da União e que irá investir recursos em obras de logística importantes para o Estado, como o acesso ao Cais de Capuaba e o Contorno de Aracruz.

“Estamos garantindo investimento de pelo menos R\$ 1,5 bilhão”, disse Casagrande, frisando que os três pilares do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado (Proedes) são melhoria logística, educação e inovação e incentivo ao desenvolvimento. Para geri-lo, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.



CASAGRANDE detalhou o programa, que prevê o governo como sócio em projetos estratégicos da iniciativa privada

OS DECRETOS E PROJETOS DE LEI PARA ATRAIR MAIS INVESTIMENTOS

Novas linhas de crédito

Decretos

Crédito outorgado de ICMS

> UMA PARCELA DE 5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido pelas empresas pode ser usado para obras de infraestrutura pela iniciativa privada, desde que sejam de interesse do Estado.

> O CONSELHO NACIONAL de Política Fazendária (Confaz) já autorizou o uso da ferramenta por meio de resolução.

Linha de crédito Proinvest Capixaba

> CRIAÇÃO DE LINHA de crédito para que os municípios mantenham os investimentos. Serão R\$ 200 milhões disponibilizados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) em 2013 via convênios com o Estado.

Renovação do Invest

> RENOVAÇÃO do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Estado por até 12 anos para as empresas.
> ELAS DEVEM garantir investimentos e manutenção de empregos.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes)

> O CONSELHO VAI ACOMPANHAR as ações relevantes para o desenvolvimento do Estado.

Integração de crédito, tecnologia e gestão

> CRIAÇÃO DE GRUPO de trabalho para desenvolver as pequenas e médias

empresas do Espírito Santo.

Projetos de lei

Criação do Fundepar

> FUNDO DE INVESTIMENTOS e participações do Estado com aporte de R\$ 200 milhões pelo Bandes.
> O ESTADO poderá participar em empreendimentos estratégicos.

Incentivo ao setor automotivo

> A LEI VISA DAR incentivos para atrair a indústria automotiva e trazer mais segurança jurídica para as que investem no Estado.

Autorização do Proinvest Estados

> CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES de crédito no valor de R\$ 415 milhões junto à Caixa Econômica Federal, com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Lei do Crédito Desenvolvimento

> USO DE CRÉDITOS da Lei Kandir para

atividades de interesse do Estado.

> OS CRÉDITOS são criados pela exportação de produtos.
> A LEI KANDIR DISPENSOU O ICMS em operações de exportação. Com isso, estados e municípios perderam arrecadação. Como compensação, a União foi obrigada a repassar recursos a estados e municípios.

Lei da Inovação

> CRIA MEDIDAS para incentivar a inovação e o Fundo de Atividades Produtivas Inovadoras, com aporte de R\$ 20 milhões.

Incentivo ao comércio exterior

> INCENTIVO ao comércio exterior e adequação à resolução 13 do Senado, que alterou alíquotas de importação.

Criação da Subsecretaria de Comércio Exterior

> CRIAÇÃO DE UNIDADE para articular atividades de comércio exterior.



CONTÊINERES EM PORTO: um dos projetos de lei prevê estímulos para a atividade de comércio exterior

Estado está em negociação com cinco montadoras

Para desenvolver a indústria automobilística capixaba e dar segurança às montadoras para que se instalem no Espírito Santo, o governo do Estado criou o projeto de lei de incentivo ao setor automotivo.

Com os novos incentivos, além das duas montadoras que já confirmaram investimento junto ao governo — a CN Auto, em Linhares, e a Marcopolo, em São Mateus —, o Estado está mais próximo de conquistar outras três indústrias automobilísticas que já demonstraram interesse no Espírito Santo, aponta o secretário de Estado de Desenvolvimento, Márcio Félix.

Entre as três empresas que negociam estão a fabricante de carros coreanos Fabral — que chegou a anunciar o empreendimento —, a chinesa Effa Motors e a Jaguar Land Rover, que tem interesse em investir na Grande Vitória e, segundo a Prefeitura de Cariacica, está em negociação avançada com o município.

Ele explica que o incentivo ao setor automotivo permitirá que parte dos impostos pagos pelas montadoras ao Estado retorne para elas na forma de financiamento. A nova legislação também aumentará a margem de segurança das indústrias.

“Com a lei de incentivo ao setor automotivo, as empresas terão tranquilidade para investir no Estado.”

SAIBA MAIS

CN AUTO

> A MONTADORA vai se instalar em Linhares. A CN Auto é fabricante da linha de utilitários leves da Towner. Na primeira fase do empreendimento, serão investidos R\$ 250 milhões.

MARCOPOLO

> A VOLARE, unidade de negócios da Marcopolo, vai construir uma montadora de micro-ônibus em São Mateus. A expectativa é de que sejam produzidos mil unidades por ano. O modelo será o Volare 9 toneladas.

FABRAL

> A EMPRESA, ligada ao grupo sul-coreano SsangYong, pretende se instalar em Linhares. Para a operação, deve criar 1.100 empregos. O investimento é de R\$ 520 milhões.

EFFA MOTORS

> O ESPÍRITO SANTO é um dos estados em que a empresa chinesa está de olho para instalar seu parque industrial. A previsão de operação é 2014.

JAGUAR LAND ROVER

> A COMPANHIA britânica planeja se instalar na Grande Vitória.
> UM DOS MODELOS que será montado pela Jaguar Land Rover será o Freelander 4X4. O investimento é da ordem de R\$ 270 milhões.

Governo aumenta prazo de benefício

Cerca de 30 empresas que estão próximas de perder os incentivos fiscais do programa estadual Invest terão a chance de renovar os benefícios por até 12 anos.

A novidade faz parte das ações previstas no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Espírito Santo (Proedes), que tem como objetivo impulsionar a economia capixaba.

O secretário de Estado do Desenvolvimento, Márcio Félix, explicou que, como contrapartida para continuar fazendo parte do Invest, as empresas terão de garantir investimentos e a manutenção de empregos. Atualmente, cerca de 30 empresas já contam com o Invest há quase 12 anos, prazo máximo, para dispor do benefício.

Outro foco do governo do Estado é manter a competitividade do setor de comércio exterior, que sofreu um "golpe" com a redução da alíquota de ICMS de 12% para 4% e sua uniformização, o que afeta o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

O governo estadual manteve o Fundap, porém o Estado vai abrir mão do ICMS recolhido para que 3% sejam destinados às empresas da setor de comércio exterior e 1% vá para os municípios, de acordo com a legislação.

Uma subsecretaria de comércio

exterior, ligada à Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo (Sedes), também foi criada para atuar na articulação de ações de comércio exterior e relações internacionais do governo do Estado.

Com o objetivo de tornar o Espírito Santo mais competitivo e atrair investimentos, o governador Renato Casagrande também assinou o projeto de lei de Crédito Desenvolvimento que trata sobre a utilização de recursos de crédito acumulado em exportação de produtos originados da Lei Kandir.

Pela nova legislação, esses créditos poderão ser utilizados para incentivo a atividades econômicas de interesse estratégico do Estado.

Para o presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiox), Severiano Imperial, com o Proedes, os municípios não vão ficar desamparados com o fim do Fundap, e as empresas vão poder manter seus negócios: "Não com a mesma pujança, mas em uma nova realidade."

O governador Renato Casagrande frisou que o objetivo é melhorar a competitividade do Estado e ampliar investimentos, para criar mais emprego e renda.

"É uma agenda de projetos e ações para superar as restrições econômicas previstas para o ano 2013", ressaltou.



MÁRCIO FÉLIX disse que empresas terão de investir e manter empregos

ENTENDA

Garantia de investimentos

Renovação

▶ **EMPRESAS** que estão próximas de perder os incentivos fiscais do programa estadual Invest terão a chance de renovar os benefícios por até 12 anos. A previsão é que cerca de 30 empresas sejam beneficiadas.

▶ **PARA ISSO**, as companhias terão de garantir investimentos e a manutenção de empregos no Estado.

Fundap

▶ **COM AS MUDANÇAS** na alíquota do ICMS, o governo do Estado vai abrir mão desse imposto recolhido para que 3% sejam destinados às empresas do setor de comércio exterior e que 1% vão para os municípios, de acordo com a legislação.

O programa

▶ **AS DUAS AÇÕES** relacionadas ao Invest e ao Fundap fazem parte do Proedes, um programa com objetivo de preparar o Espírito Santo para um novo momento do seu ciclo de desenvolvimento, já que haverá perdas de receita no próximo ano com as mudanças do Fundap e com possíveis perdas relacionadas aos recursos dos royalties.

Competitividade

▶ **SEGUNDO O GOVERNADOR** Renato Casagrande, o foco do Proedes é melhorar a competitividade do Estado para ampliar investimentos, criando mais empregos e renda para os capixabas.



JULIO HUBER - 18/03/11

RABELLO disse que metade das prefeituras vai começar o ano endividada e terá que demitir e cortar investimentos

Prefeitos pedem mais ICMS

Apesar de elogiar a intenção do governo do Estado de oferecer financiamentos de R\$ 200 milhões para as cidades capixabas, o presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), Elieser Rabello, questionou como os prefeitos poderão contratar o valor.

"Metade das prefeituras vai começar o próximo ano endividada, terá que demitir e fazer cortes de investimentos", salientou.

Ele também disse que a Amunes vai levar para Brasília a discussão sobre a divisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Municípios que têm grandes plantas industriais recebem mais, e os outros ficam a ver navios", afirmou Rabello.

Para ele, somente 18 dos 78 municípios do Estado serão beneficiados com os novos projetos.

AJUSTES

O secretário de Estado do Desenvolvimento, Márcio Félix, rebateu as críticas dizendo que o governo se comprometeu em manter os convênios com os municípios, mas mesmo assim terá de haver ajustes. "O custeio com pessoal terá que ser menor, os prefeitos terão que ser mais seletivos", disse.

O presidente da Amunes também salientou que, com os incentivos do governo federal para alavancar a indústria brasileira, as cidades perderam até 30% dos valores recebidos por meio do Fundo de Participação dos Municípios.

O QUE ELES DIZEM

“Queremos aumentar e diversificar os investimentos”

Guilherme Pereira, diretor-financeiro do Bandes

“Estou otimista. O governo quer manter a atividade econômica para continuar crescendo”

Severiano Imperial, presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo

“Todos os projetos serão votados o mais rápido possível. A decisão dos deputados será unânime”

Theodorico Ferraço, presidente da Assembleia Legislativa do Estado

“Há arranjos produtivos que é preciso fomentar. Somos o braço operacional do Proedes”

Guerino Balestrassi, presidente do Bandes

GIRO RÁPIDO

Denunciados 17 ex-funcionários de banco

O Ministério Público Federal informou ontem que denunciou 14 ex-diretores e três ex-funcionários do banco PanAmericano por crimes contra o sistema financeiro nacional.

Agora cabe à Justiça analisar a denúncia e decidir se a aceita. Se isso ocorrer, será aberto um processo em que os suspeitos se tornam réus. A atual administração do banco PanAmericano informou que não comenta fatos relacionados à antiga gestão.

Banco Central tem o maior lucro semestral

O resultado financeiro do Banco Central no primeiro semestre deste ano, de R\$ 12,3 bilhões, foi o maior para um período de seis meses desde 2008, quando a autoridade monetária começou a contabilizar as operações de equalização cambial.

A comparação foi feita pelo diretor de administração do Banco Central, Altamir Lopes. "É o resultado mais alto para o Banco Central", afirmou.

ARQUIVO/AT



Marcelo Neri vai presidir Ipea

O economista Marcelo Neri (foto), que é colunista de A Tribuna, vai presidir o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo fontes do Palácio do Planalto, indicado pelo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco, Neri será confirmado em nomeação a ser publicada no Diário Oficial de hoje.

A presidência do Ipea está ocupada interinamente pela economista Vanessa Petrelli.

Valor mínimo do trem-bala é de R\$ 27,6 bi

O governo fixou em R\$ 27,6 bilhões o preço mínimo da outorga da operação e da manutenção do trem-bala, que ligará as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

O valor está no esboço de edital da primeira etapa de licitação, divulgado ontem pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ele foi fixado em valores de dezembro de 2008 — e será corrigido com base na variação da inflação.